

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

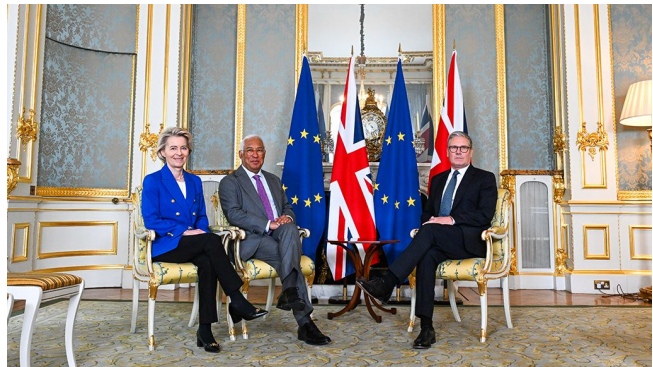
240 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 19 a 23 de maio de 2025

1. CIMEIRA UE-REINO UNIDO	1
2. CONSELHO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - UE/ISRAEL	2
3. MINI-SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	3
Médio Oriente	3
Discurso da Presidente da Eslovénia, Nataša Pirc Musar	4
Outros debates e decisões	5
4. COMISSÃO EUROPEIA - PREVISÕES ECONÓMICAS DA PRIMAVERA	5
5. COMISSÃO EUROPEIA - MERCADO INTERNO MAIS SIMPLES	6
6. UNPOWERING RUSSIA: HOW THE EU CAN COUNTER AND UNDERMINE THE KREMLIN	6
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Conselho Europeu	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da UE	7

1. CIMEIRA UE-REINO UNIDO¹

A cimeira realizada em Londres a 19 de maio de 2025 constituiu a primeira reunião de alto nível entre a União Europeia e o Reino Unido desde a saída deste da UE em 2020. Liderada por António Costa, presidente do Conselho Europeu, e Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, esta cimeira marcou um momento decisivo no relançamento das relações bilaterais com o primeiro-ministro britânico Keir Starmer. Foi alcançado um entendimento político alargado que se traduziu na assinatura de uma **nova parceria estratégica** e na adoção de uma agenda renovada para a cooperação (Relações com o Reino Unido (informações gerais)).

No centro desta cimeira esteve o estabelecimento de uma parceria estratégica de nova geração, concebida para adaptar as relações entre o Reino Unido e a União Europeia aos desafios geopolíticos atuais. Esta parceria visa aprofundar a colaboração em áreas como *segurança, defesa, desenvolvimento económico, juventude e transição ecológica*, sustentada por valores democráticos partilhados, o respeito pelo direito internacional e o apoio a uma ordem internacional baseada em regras. A Declaração Conjunta UE-Reino Unido expressa esse compromisso comum.



- Segurança e defesa

Um dos principais resultados da cimeira foi a formalização de uma nova parceria em matéria de segurança e defesa, refletindo a consciência de que o Reino Unido e a UE partilham responsabilidades comuns no que toca à segurança do continente europeu. Esta cooperação abrange áreas tão diversas como as operações no âmbito da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), a segurança marítima e espacial, a cibersegurança, a resiliência contra ameaças híbridas e a luta contra a desinformação. Também se prevê o reforço da formação, do ensino e da colaboração em países terceiros e fóruns multilaterais. Ambas as partes reiteraram que a OTAN continua a ser a base da defesa coletiva dos seus Estados-membros e aliados, e destacaram o objetivo comum de reforçar as capacidades de defesa europeias, de forma mais eficiente e interoperável.

- Ucrânia e Moldávia

A cimeira proporcionou uma reafirmação do apoio total à Ucrânia, num momento crucial da guerra desencadeada pela Federação Russa. União Europeia e Reino Unido lançaram um apelo conjunto a um cessar-fogo total e incondicional e à abertura de negociações genuínas com vista a alcançar uma paz duradoura e justa, baseada na soberania e na integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas. A Rússia foi instada a demonstrar verdadeira vontade de paz. De igual modo, os dirigentes reafirmaram o seu apoio à integridade territorial da Moldávia, sublinhando a importância da sua estabilidade e soberania.

- Médio Oriente, Irão e Síria

Em relação à situação em Gaza, os dirigentes europeus e britânicos apelaram a um cessar-fogo imediato e permanente, à libertação de todos os reféns e ao acesso humanitário sem restrições. Reafirmaram a sua adesão à solução de dois Estados como base para uma paz sustentável entre israelitas e palestinianos. Manifestaram ainda profunda preocupação com a escalada do programa nuclear iraniano, bem como com o papel desestabilizador

¹ Fonte: Conselho

do Irão na região e na Europa. Também reiteraram o seu apoio à população síria na procura de uma solução política inclusiva para o futuro do país.

- **Aplicação dos acordos do Brexit**

A União Europeia e o Reino Unido reafirmaram o seu compromisso com a implementação plena e rigorosa do [Acordo de Saída](#), incluindo o [Quadro de Windsor](#), e do Acordo de Comércio e Cooperação, que continuam a constituir a base jurídica das relações bilaterais pós-Brexit.

- **Juventude, mobilidade e fronteiras**

Foi anunciado o objetivo comum de desenvolver um programa de experiências para a juventude, promovendo a mobilidade dos jovens entre o Reino Unido e a UE em atividades de estudo, trabalho, voluntariado e intercâmbio cultural. As partes concordaram também em trabalhar na associação do Reino Unido ao [Erasmus+](#) e em melhorar a gestão das fronteiras, incluindo o eventual uso conjunto de portas eletrónicas.

- **Justiça, segurança interna e combate ao crime**

A Comissão Europeia e o Reino Unido comprometeram-se a reforçar a cooperação policial e judiciária, incluindo o intercâmbio de dados sobre ADN, impressões digitais e registos criminais. Foram discutidas as bases para um acordo entre a Europol e a agência nacional britânica de combate ao crime, bem como a possibilidade de cooperação com a Agência da UE sobre Drogas.

- **Migração irregular**

Foi reconhecida a necessidade de enfrentar em conjunto o desafio da migração irregular através de soluções práticas e inovadoras. As partes pretendem reforçar a segurança das fronteiras e combater abusos no sistema de vistos, mantendo simultaneamente o compromisso com a proteção internacional dos requerentes de asilo.

- **Pescas**

Acordou-se um novo regime de acesso recíproco às águas de pesca entre 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2038, o que trará maior estabilidade e previsibilidade ao setor das pescas em ambos os lados.

No que diz respeito ao futuro, a UE e o Reino Unido comprometeram-se a manter um **diálogo político regular**, com reuniões de alto nível sobre áreas de interesse estratégico, como comércio, economia, justiça e assuntos internos, bem como diálogos semestrais sobre política externa e segurança e a realização de cimeiras anuais, com vista a garantir o acompanhamento político do novo quadro de cooperação.

Para mais informações: [Comunicado de imprensa – Cimeira UE-Reino Unido, 19 de maio de 2025](#); [Declarações do Presidente António Costa – conferência de imprensa conjunta](#); [Intervenção de abertura do Presidente António Costa](#).

2. CONSELHO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS - UE/ISRAEL

No dia 20 de maio de 2025, os ministros dos Negócios Estrangeiros solicitaram à Alta Representante da UE e vice-presidente da Comissão Europeia, Kaja Kallas, **a abertura de um processo de verificação sobre o cumprimento, por parte de Israel, do artigo 2.º do Acordo de Associação UE-Israel, que estipula o respeito pelos direitos humanos.**

De acordo com as fontes que pudemos consultar, 17 Estados-Membros apoiaram a iniciativa, 9 opuseram-se (entre os quais Alemanha, Itália e Hungria) e a Letónia declarou-se neutra.

Kaja Kallas confirmou:

“

Após o debate de hoje, ficou claro que existe uma maioria sólida a favor da revisão do artigo 2.º do nosso acordo de associação com Israel. Por conseguinte, lançaremos este exercício e, entretanto, cabe a Israel desbloquear a ajuda humanitária. A nossa principal prioridade tem de ser salvar vidas.

— Kaja Kallas, alta representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e chefe do Conselho dos Negócios Estrangeiros

Vários ministros sublinharam a urgência de uma posição firme. O belga Maxime Prévot afirmou ter “*o sentimento pessoal de que a violação dos direitos humanos não deixa margem para dúvidas*”. Xavier Bettel, ministro do Luxemburgo, alertou: “*Há situações em que já não encontramos palavras, nem justificações, nem desculpas. (...) Temos ajuda humanitária que não entra. Se não morrem pelas bombas, as pessoas morrem de fome ou de falta de cuidados médicos*”. Kaja Kallas reforçou que “*a situação em Gaza é catastrófica*” e que “*é essencial uma pressão urgente e contínua para provocar uma mudança real*”. Relembrou ainda que “*milhares de camiões estão bloqueados nas fronteiras*” e que “*são fundos europeus que financiaram esta ajuda humanitária, que deve chegar às populações*”. Durante o Conselho, o ministro espanhol José Manuel Albares qualificou a situação como “*insuportável e desumana*”, apelando a uma mobilização plena da UE. O seu homólogo neerlandês, Caspar Veldkamp, falou de uma “*preocupação amplamente partilhada*”, posição reiterada também pelo ministro da Defesa dinamarquês. Numa declaração conjunta publicada na véspera, 23 países (incluindo Japão, Reino Unido e Canadá) e 16 Estados-Membros da UE exigiram a retoma total da ajuda humanitária a Gaza. O ministro belga da Defesa, Théo Francken, declarou que, se for possível retomar os lançamentos aéreos de ajuda, “*nós fá-lo-emos, absolutamente*”, recordando que a UE tinha já lançado um corredor aéreo em novembro de 2023.

Por outro lado, Kaja Kallas revelou que um Estado-Membro, identificado como a Hungria, bloqueou a adoção de sanções contra colonos violentos na Cisjordânia. No mesmo dia, o Conselho da UE nomeou o diplomata francês Christophe Bigot como novo Representante Especial da UE para o Processo de Paz no Médio Oriente.

3. MINI-SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU

Médio Oriente

No debate realizado a 21 de maio de 2025, vários representantes de grupos políticos saudaram a decisão do Conselho da União Europeia de solicitar à Comissão Europeia uma análise sobre o cumprimento, por parte de Israel, do artigo 2.º do Acordo de Associação UE-Israel, relativo ao respeito pelos direitos humanos (cfr ponto 2, *supra*). No entanto, muitos Deputados consideraram que esta medida foi tomada tardiamente. Iratxe García Pérez (S&D, Espanha) lembrou que Espanha e Irlanda já tinham solicitado essa revisão em fevereiro de 2024: “*Ontem, a UE decidiu rever o Acordo de Associação com Israel. Era algo que devia ter sido feito antes (...) Foram precisos 53 000 mortos e 14 meses para que se tomasse uma decisão*”.

Manon Aubry (A Esquerda, França) criticou o atraso e questionou a passividade da Comissão Europeia perante a gravidade da situação: “*Quanto tempo foi preciso esperar? Um ano e meio de bombardeamentos, a fome como arma de guerra, mais de 53 000 mortos, dos quais 16 000 crianças (...) E a Comissão Europeia ainda se limita a lançar um inquérito para verificar se, talvez, Israel viola os direitos humanos, como se ainda restassem dúvidas*”. Hilde Vautmans (Renew Europe, Bélgica) foi mais direta, exigindo “*pressão para uma suspensão imediata do Acordo de Associação com Israel*”, considerando “*absurdo*” que ainda se questione se houve violações da lei.

Também Villy Søvndal (Verdes/ALE, Dinamarca) defendeu a suspensão do acordo, afirmando existirem “*provas suficientes de que Israel viola todos os direitos*”.

Do lado oposto, Antonio López-Istúriz White (PPE, Espanha) rejeitou a suspensão do acordo, considerando Israel um Estado democrático. Questionou se os que pedem o fim do acordo com Israel fariam o mesmo com países como o Irão, Venezuela, Nicarágua e Cuba, considerados ditaduras. Ainda no hemiciclo, Hermann Tertsch (PSE, Espanha) atribuiu ao Hamas a responsabilidade pela situação: “*Os únicos genocidas são os terroristas do Hamas (...) Gaza não estaria nesta situação se lhes tivesse sido feita pressão*”.

Em paralelo, foi discutida a situação da ajuda humanitária em Gaza. Os Deputados pediram o levantamento imediato do bloqueio israelita, em vigor há mais de 80 dias. O comissário europeu Glenn Micallef alertou contra a proposta israelita de transferir a responsabilidade da distribuição para atores não humanitários, incluindo empresas de segurança privada: “*Trata-se de um precedente muito perigoso*” e de um modelo “*praticamente inexecutável*”. Afirmou que “*a UE opõe-se a qualquer modificação do processo de distribuição da ajuda e a qualquer reforço das restrições às organizações humanitárias*”, sublinhando que a União continuará a trabalhar com parceiros humanitários fiáveis.

Discurso da Presidente da Eslovénia, Nataša Pirc Musar

Durante uma intervenção proferida no Parlamento Europeu em Bruxelas, a 21 de maio de 2025, a Presidente da Eslovénia, Nataša Pirc Musar, proferiu um [discurso incisivo](#), abordando questões geopolíticas cruciais, a situação humanitária em Gaza, o papel da União Europeia no mundo e a sua visão para o futuro do projeto europeu, com destaque para o alargamento. A presidente eslovena classificou a ofensiva militar israelita em Gaza como um “*genocídio*” do povo palestino, referindo-se ao conflito em curso desde outubro de 2023. “*Sejamos honestos. Permitam-me dizê-lo aqui, no Parlamento Europeu. Aquilo de que estamos a ser testemunhas em Gaza é um genocídio. Estamos a assistir... e permanecemos em silêncio*”, declarou. Defendendo um papel mais ativo da União Europeia no plano internacional, Pirc Musar criticou a incapacidade atual da UE em atuar com eficácia no conflito israelo-palestino: “*A União Europeia deve envolver-se mais para ajudar a resolver os conflitos no Médio Oriente. No entanto, está demasiado dividida e ineficaz para conseguir pôr fim ao banho de sangue e avançar com a solução dos dois Estados*”.

No plano europeu, a Presidente da Eslovénia defendeu uma Europa mais forte, com capacidade para garantir a paz, a segurança, os seus interesses e os seus valores, nomeadamente o Estado de direito e os direitos humanos, face aos desafios contemporâneos. Referiu especificamente “*a Ucrânia, o conflito no Médio Oriente, a pressão migratória, a insegurança energética e as consequências imprevisíveis da revolução tecnológica provocada pela inteligência artificial*”. Acrescentou que “*O que precisamos é de mais Europa, não de menos Europa. De proteger os nossos interesses, mantendo-nos como um espaço de liberdade e justiça, que abre oportunidades às novas gerações*”. Sublinhou que a ação conjunta a nível europeu “*não é apenas uma necessidade, é o nosso principal trunfo*”.

Relativamente ao alargamento da União Europeia, a presidente Pirc Musar reiterou o seu apoio à adesão dos países dos Balcãs Ocidentais, da Ucrânia, da Moldávia e da Geórgia, propondo a integração do maior número possível de países a partir de 2030. Salientou, no entanto, que “*os progressos desses países dependerão das reformas que conseguirem concretizar*”.

Pirc Musar defendeu uma reforma interna da UE que aumente a sua capacidade de decisão, modernize as suas políticas e reforce o seu compromisso com os valores fundacionais da União. Enfatizou a importância de assegurar que a União disponha dos meios financeiros e institucionais necessários para um alargamento bem-sucedido. A este respeito, destacou a relevância das discussões futuras sobre o Quadro Financeiro Plurianual pós-2027.

Outros debates e decisões

- [Simplificação do Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço](#)
- [PE aprova novos direitos aduaneiros sobre produtos agrícolas russos e bielorrussos](#)
- [Estado de direito na UE](#)
- [Mandato da Europol](#)

4. COMISSÃO EUROPEIA - PREVISÕES ECONÓMICAS DA PRIMAVERA

As previsões económicas da primavera de 2025 da Comissão Europeia apontam para um crescimento moderado da economia da UE num contexto de incerteza global crescente (disponíveis [aqui](#)). O PIB real deverá crescer **1,1 % na UE e 0,9 % na área do euro em 2025**, com uma aceleração prevista para 1,5 % e 1,4 % respetivamente em 2026. A inflação na área do euro deverá descer de 2,4 % em 2024 para 2,1 % em 2025 e 1,7 % em 2026. Este abrandamento é impulsionado pela queda dos preços da energia e pelo fortalecimento do euro. A Comissão destaca que *“a economia da UE está a dar mostras de resiliência num contexto que se caracteriza por fortes tensões comerciais e por um aumento da incerteza a nível mundial”* (Valdis Dombrovskis).

No último trimestre de 2024, a economia da UE cresceu 0,4 %, acima das previsões, impulsionada pela procura interna. A taxa de crescimento trimestral foi de 0,3 % no início de 2025. Contudo, as perspetivas globais deterioraram-se, com o crescimento mundial previsto fora da UE a descer para 3,2 % em 2025 e 2026, face aos 3,6 % estimados no outono anterior. As exportações da UE deverão crescer apenas 0,7 % este ano, mas recuperar para 2,1 % em 2026. Os investimentos deverão aumentar 1,5 % em 2025 e 2,4 % em 2026, impulsionados pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência e pela recuperação do setor da construção. O consumo privado crescerá 1,5 % em 2025 e 1,6 % em 2026, apoiado por um mercado de trabalho estável e uma inflação em queda.

Números-chave			
			
PIB	Inflação	Défice	Desemprego
UE:	UE:	UE:	UE:
2024: 1.0%	2024: 2.6%	2024: -3.2%	2024: 5.9%
2025: 1.1%	2025: 2.3%	2025: -3.3%	2025: 5.9%
2026: 1.5%	2026: 1.9%	2026: -3.4%	2026: 5.7%
Área do euro:	Área do euro:	Área do euro:	Área do euro:
2024: 0.9%	2024: 2.4%	2024: -3.1%	2024: 6.4%
2025: 0.9%	2025: 2.1%	2025: -3.2%	2025: 6.3%
2026: 1.4%	2026: 1.7%	2026: -3.3%	2026: 6.1%

O emprego na UE continua a expandir-se, com 1,7 milhões de novos postos criados em 2024 e mais 2 milhões previstos até 2026. A taxa de desemprego deverá descer para 5,7 %, o valor mais baixo de sempre. Os salários reais aumentam, permitindo recuperar o poder de compra perdido. Por outro lado, o défice público da UE deverá subir ligeiramente para 3,3 % em 2025, e o rácio dívida/PIB passará de 83,2 % em 2025 para 84,5 % em 2026. Entre os riscos destacam-se o agravamento das tensões comerciais globais, fenómenos climáticos extremos e a necessidade de reformas para reforçar a competitividade e o investimento na UE. **As previsões económicas para Portugal** estão disponíveis [aqui](#) e abaixo:

Indicadores	2024	2025	2026
Crescimento do PIB (% , em yoy)	1,9	1,8	2,2
Inflação (% , yoy)	2,7	2,1	2,0
Desemprego (%)	6,5	6,4	6,3
Saldo das administrações públicas (% do PIB)	0,7	0,1	-0,6
Dívida pública bruta (% do PIB)	94,9	91,7	89,7
Saldo da balança corrente (% do PIB)	1,7	1,2	0,9

5. COMISSÃO EUROPEIA - MERCADO INTERNO MAIS SIMPLES

A Comissão Europeia apresentou a 21 de maio de 2025 uma [nova Estratégia para o Mercado Único](#), com o objetivo de tornar o mercado interno da UE mais simples, integrado e atrativo para as empresas. A estratégia propõe medidas concretas para eliminar os principais obstáculos identificados pelas empresas – os chamados “*dez terríveis*” – como as regras fragmentadas, o reconhecimento limitado de qualificações profissionais e a regulamentação excessiva dos serviços. Segundo a Comissão, a remoção destas barreiras poderá duplicar os ganhos económicos já alcançados, estimando-se que o mercado único tenha aumentado o PIB da UE em 3 a 4 % e criado 3,6 milhões de postos de trabalho desde a sua criação.

A estratégia centra-se também na revitalização do setor dos serviços, propondo novas legislações para modernizar os setores da construção, serviços postais e industriais. Estão previstas medidas para facilitar a atividade das PME e das empresas de média capitalização, como a criação de uma ferramenta de “*identificação de PME*” e o reforço de redes de apoio ao comércio transfronteiriço. Será igualmente publicado um novo relatório anual sobre as PME, com destaque para o crescimento esperado do valor acrescentado e do emprego neste segmento.

Em matéria de simplificação administrativa, a Comissão propõe um quarto pacote de medidas, que permitirá uma poupança anual estimada de 400 milhões de euros para as empresas. Entre as alterações está a possibilidade de apresentar documentação em formato digital e de eliminar a obrigatoriedade de instruções em papel para certos produtos. Adicionalmente, será reforçada a “*apropriação conjunta*” do mercado único, com os Estados-Membros a nomear um representante de alto nível para monitorizar a aplicação das regras europeias.

A nova estratégia responde diretamente a um pedido do Conselho Europeu e dá seguimento aos relatórios de Enrico Letta e Mario Draghi, bem como ao Relatório Anual da Comissão sobre o Mercado Único e a Competitividade. Segundo Stéphane Séjourné, vice-presidente executivo da Comissão, “é tempo de as empresas europeias ‘europeizarem’ antes de ‘internacionalizarem’”, sublinhando que “*ao unir os nossos esforços, podemos aumentar os benefícios para todos do mercado único, a pedra angular económica e social da Europa*”.

6. UNPOWERING RUSSIA: HOW THE EU CAN COUNTER AND UNDERMINE THE KREMLIN

O Instituto da União Europeia para os Estudos de Segurança (EUISS) publicou um estudo esta semana ([aqui](#)), que defende uma **alteração decisiva na postura estratégica da UE face à Rússia**. Face à guerra de agressão contra a Ucrânia e às operações subversivas conduzidas por Moscovo, o relatório propõe que a União Europeia adote uma abordagem de “*despotenciação*” da Rússia — isto é, enfraquecer sistematicamente a sua capacidade de prejudicar os interesses europeus. O documento sublinha que a UE deve assumir uma nova orientação estratégica, sustentada numa análise rigorosa das vulnerabilidades russas, e com base na utilização determinada do seu poder económico, diplomático e de segurança. “*A Europa não é impotente, mas ainda não converteu as suas múltiplas forças em ação decisiva*”, concluem os autores, defendendo que a UE “deve pensar e agir em termos de poder — e ter a coragem de o usar”.

O relatório, publicado a 22 de maio de 2025, insiste que “*enfraquecer (unpower) a Rússia é ao mesmo tempo urgente e viável*”. A UE, segundo o EUISS, dispõe de ferramentas suficientes — alcance diplomático, peso económico, experiência de parceria e instrumentos de segurança — mas subutiliza essas capacidades. O documento propõe aumentar o custo das ações hostis russas, intensificar a pressão económica, combater a ‘frota fantasma’, adotar uma dissuasão mais inteligente, e usar as relações com a China como alavanca estratégica, sugerindo, por exemplo, o congelamento das exportações de bens de dupla utilização e o alargamento do controlo de investimentos. O relatório reforça ainda a necessidade de vencer “*a batalha dos discursos*”, defendendo uma mudança profunda na comunicação estratégica da UE, através de uma abordagem proativa de

pré-defesa. A luta contra as ameaças híbridas, o reforço do envolvimento regional e a valorização de parcerias globais são apontados como vetores essenciais da resposta europeia.

A análise centra-se em cinco regiões estratégicas — China, Indo-Pacífico, Mediterrâneo Meridional, Balcãs Ocidentais e África Subsariana — e em domínios críticos como a guerra híbrida, as linhas vermelhas do Kremlin e a chamada “frota fantasma”. A conclusão é clara: **a Europa não é impotente**, mas ainda não transformou o seu poder em ação decisiva. Para conseguir enfraquecer a Rússia, a UE deve pensar e agir com base no conceito de poder — e ter a coragem de o aplicar.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 19 de maio - [Cimeira UE-Reino Unido](#); 20 de maio - [Conselho de Negócios Estrangeiros \(Defesa\)](#) e [Reunião informal dos ministros responsáveis pela Política de Coesão](#), 22 de maio - [Conselho \(Competitividade\)](#).

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das [Comissões Parlamentares](#) do PE.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [28 de maio](#), destacando-se a *Estratégia da UE para a criação e expansão de empresas emergentes*, a *Abordagem estratégica da UE para a região do Mar Negro* e a *Simplificação da Garantia de Ação Externa*.

Conselho da UE

O [calendário](#) completo está disponível, estando previstas as seguintes reuniões: 26 de maio - [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#) e [Conselho dos Negócios Estrangeiros \(Desenvolvimento\)](#); 27 de maio - [Assuntos Gerais](#).

Salzburgo | 23 de maio de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).